



## A DISTRIBUIÇÃO DOS LUGARES DO DIZER PELO FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA DISCURSIVA E DA MEMÓRIA DA LÍNGUA

Juciane Ferigolo Parcianello<sup>1</sup>

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Objetivamos, em linhas gerais, pelo procedimento da *predicação*, analisar como o sujeito descendente de imigrantes italianos distribui as línguas quando fala *sobre* elas (predica sobre) a partir do funcionamento da memória discursiva (memória de dizeres da repressão do Estado Novo) e da memória da língua em sequências enunciativas recortadas de um texto de entrevista.

A entrevista que compõem o *corpus* de análise se caracteriza como semi-estruturada e foi realizada com um sujeito descendente de imigrantes italianos com 55 anos, que vive atualmente em uma comunidade do interior do município de Ivorá, o qual integra a Quarta Colônia de Imigração Italiana. A escolha da faixa etária do entrevistado se deve ao fato de que este vivenciou de forma mais intensa a interdição linguística no período do Estado Novo.

Este trabalho é, pois, relevante, na medida em que aborda a interdição da língua italiana, durante a campanha de nacionalização, e suas consequências (para esta língua) por uma perspectiva da **Semântica do Acontecimento** (2002). Muitos trabalhos sobre esta questão já foram realizados, porém, no campo da Sociolinguística - destacamos as publicações das pesquisadoras do projeto *Stigma* Vitalina Frosi, Carmen Maria Faggion e Gisele O. M. Dal Corno - e em outras áreas como a História e as Ciências Sociais. Merece destaque também a tese de Maria Onice Payer (2006), inscrita no campo da Análise de Discurso de linha francesa.

#### 1.1. O Estado Novo e a nacionalização pelo apagamento da diferença (linguística)

O período que vai de 1937 a 1945 corresponde ao chamado Estado Novo, período este marcado por grandes reformas econômicas, sociais e políticas, que propiciaram a nacionalização de empresas, indústrias e instituições. As mudanças também ocorreram no modo de governar, com centralização absoluta do poder nas mãos do presidente, a semelhança de um regime ditatorial.

Getúlio Vargas ascendeu ao poder por um golpe de Estado e com o apoio dos militares centralizou o poder, estabelecendo uma série de medidas para tornar o Brasil uma economia fortalecida. Suas ações visavam também e principalmente à defesa e à manutenção da unidade nacional.

Dentre outros elementos, a língua (portuguesa) ocupou lugar de destaque na construção da pretendida unidade, fato este que deslocou as demais línguas praticadas no país para o plano do

---

<sup>1</sup> Aluna do Doutorado em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação da Professora Doutora Eliana Rosa Sturza. Bolsista da CAPES.



indesejável, do extirpável. Foram as línguas de imigração, principalmente o alemão, o italiano e o japonês, as que mais sofreram sanções devido ao temor do governo brasileiro de que seus falantes pudessem disseminar a ideologia fascista entre as comunidades de imigrantes e descendentes, provocando assim, uma revolta ou até mesmo uma guerra civil.

O imaginário de unidade do Estado, neste período, relaciona-se à defesa e à celebração de uma identidade homogênea, que por sua vez firma-se na existência de uma cultura e de uma língua comum. Em um modelo de Estado totalitário e nacionalista não há lugar para a diversidade, para a pluralidade. Ana Zandwais (2007) afirma que “a identidade nacional de um povo se efetiva pela destruição da diferença, do outro, que vem de outras terras, que traz outra cultura, e, que, enfim, possui outra relação de pertencimento histórico” (p.256).

Para apagar a diferença e preservar o Estado das ameaças externas, Getúlio Vargas adotou uma série de medidas protecionistas direcionadas às áreas da segurança, da comunicação e principalmente da educação.

Müller de Oliveira (2009), a respeito desse tema argumenta que

O Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas, marca o ponto alto da repressão às línguas *alóctones*, através do processo que ficou conhecido como “*nacionalização do ensino*” e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi nesses dois estados, nos quais a estrutura minifundiária e a colonização homogênea de certas regiões garantiram condições adequadas para a reprodução do alemão e do italiano, especialmente, que a repressão lingüística, através do conceito jurídico de “*crime idiomático*”, inventado pelo Estado Novo, atingiu sua maior dimensão (p.22)

De acordo com as palavras de Müller de Oliveira, a nacionalização do ensino foi uma medida eficaz implantada pelo governo da época para “selar o destino das línguas de imigração no Brasil”. Foram realizadas reformas no setor educativo e criadas inúmeras leis para amparar os atos de coibição lingüística que já vinham acontecendo e que viriam a acontecer com maior intensidade e rigor entre os anos de 1943 e 1945.

## 1.2. O espaço de enunciação, a memória discursiva e a memória da língua

De acordo com Guimarães (2002), o espaço de enunciação é um lugar de disputa pelo dizer, regulado pelo funcionamento das línguas que o compõem e pelo que elas representam para o corpo social (*status*). Este terreno de disputas deve ser entendido enquanto lugar político de afirmação do direito igualitário à palavra, desigualmente dividido pela diferença de prestígio que as línguas em disputa apresentam. Além desse embate externo de línguas, o espaço de enunciação também se caracteriza pela divisão interna das línguas, que distribui desigualmente (politicamente) o direito ao dizer e os modos de dizer de seus falantes.

Nesse sentido, pensamos que o sujeito descendente de imigrantes italianos está afetado por um espaço de enunciação em que o português, língua nacional e oficial, e o italiano (as variedades,



os dialetos) se relacionam, porém com divisões políticas distintas. Esse embate entre línguas que o espaço de enunciação institui se materializa no dizer do sujeito descendente por meio da divisão que ele faz dos lugares do dizer.

Eni Orlandi, em **Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos** (2005), concebe o dizer como a ação de rememorar discursos. Tudo o que um sujeito enuncia pertence a um universo maior, que nada mais é que o conjunto dos dizeres, o interdiscurso, a memória discursiva. É neste sentido que ela acrescenta: “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas palavras’” (p.32). Se as palavras significam pela história e pela língua, por a língua para funcionar é além de rememorar dizeres, rememorar a história e os sentidos que dela fazem parte.

Além da noção de memória discursiva, trazemos outra nomeada por Maria Onice Payer (2006) como *memória da língua*. Esta ocuparia, na visão da autora, um lugar dentro da memória discursiva, sendo, porém, configurada por lembranças da língua, unicamente. No caso específico dos descendentes de imigrantes italianos que tiveram a língua familiar interdita (o italiano), a memória da língua compreende o conjunto dos dizeres *na* língua, que retornam quando o sujeito enuncia em português.

### 1.3. A distribuição das línguas no discurso *sobre* a língua

Consideramos o dizer *sobre* a língua um procedimento analítico (GUIMARÃES, 2006, p. 131) pelo qual o sujeito atribui sentidos aquilo que diz. Dizer *sobre* é predicar, todavia, não dentro dos limites do funcionamento sintático, mas no plano discursivo, onde podemos considerar locutor e enunciador categorias diferenciadas, sendo o último constituído historicamente e, portanto, figura que significa o dizer.

Predicar sobre a língua é, deste modo, mais que defini-la, que caracterizá-la. É produzir novos sentidos em relação a ela, a partir das condições sócio-históricas do dizer.

Para Guimarães (2006, p. 131), uma relação predicativa “é aquela que se dá no interior de uma sentença ou enunciado”, podendo ocorrer de diversos modos, o que a faz significar em cada circunstância de modo diferente. Predicar é, então, falar *sobre* em circunstância determinada e colocando em relação sujeito e enunciado, resultando em produção de sentidos.

As seqüências enunciativas que seguem foram recortadas do texto da entrevista realizada com um descendente de imigrantes de 55 anos. Transcrevemos aqui as partes mais relevantes da entrevista, as quais compõem enunciados em que o sujeito fala *sobre* a língua e *sobre* sua relação com ela.

O primeiro segmento enunciativo selecionado é<sup>2</sup>:

---

<sup>2</sup> As perguntas feitas ao sujeito entrevistado foram, basicamente: qual língua era falada na escola? Você falava italiano neste local?



S.E.1.1. Sim, as vez em quando falava uma palavra *in italiano* e a professora repreendia...<sup>3</sup>

Nesta sequência, *in italiano* está predicado por *a professora repreendia*. O que o locutor diz *sobre* falar italiano é que tal prática sofria repressão, dentro do ambiente escolar. O marcador temporal *as vez em quando* modaliza o *falava in italiano*, indicando que esta prática não era habitual na escola, mas sempre que ocorria, a consequência imediata era a censura. Este marcador temporal tem valor de *quando*, de *no momento em que*, indicando que o ato de repreender acontecia sempre que uma palavra fosse dita em italiano.

Uma ação ou atitude somente é repreendida/reprimida porque vai *contra a* uma ordem estabelecida por alguém ou por algum órgão. A ordem estabelecida a qual falar italiano desobedecia, era justamente não falar italiano, mas falar a língua nacional.

Quem repreendia era a professora, membro da instituição escola, neste caso uma representante do Estado brasileiro, defensora de seus interesses, por isso estava investida de autoridade para determinar qual língua *devia e podia* ser falada no ambiente escolar e qual língua *não devia e não podia* ser falada neste local.

O verbo *reprendia* remete a memória da repressão pelo falar *in talian*. Em sua enunciação, o sujeito determina o não lugar de dizer em italiano e o lugar autorizado a dizer em português.

Nesse sentido, a relação do sujeito com a língua italiana se marca pelo político, pelo conflito: o sujeito afetado pela língua não a podia usar diante da presença da professora.

S.E.1.2. Uma primera vez que eu falei *ela me repreendeu e me dexó sem recreio...* porque falei in talian.

Falar italiano – *eu falei* – no enunciado acima, predicado novamente por *ela me repreendeu e por (ela) me dexó sem recreio*, está determinado pelo segmento *uma primeira vez*. Este marcador temporal indica a regulação sofrida por este sujeito, pois *uma primeira* significa que não havia, por parte do professor, tolerância alguma para a “heresia” de falar italiano. A atitude da professora confere a esta ação a dimensão de infração, de delito, por isso o castigo como forma de controle, de correção e de prevenção a novos casos ou casos de reincidência.

O verbo *falei* não vem acompanhado daquilo que foi falado. O locutor silencia o motivo da penalidade sofrida, criando um efeito de expectativa no interlocutor, e após dizer qual foi a pena recebida (*sem recreio*), explica claramente a causa: *porque falei in talian*. Neste dizer, ele fala *na* língua – *in talian* – o que lhe motivou a ficar sem recreio – falar *in talian* - significando um modo de resistência do enunciador a interdição sofrida no âmbito escolar.

<sup>3</sup> O enunciado é de um sujeito descendente de imigrantes italianos de terceira geração, sexo masculino, 55 anos, residente na comunidade da Linha Cinco, município de Ivorá. Frequentou a escola até a quarta série do ensino fundamental, sabe ler e escrever em português e apenas falar em italiano, mas já com algumas dificuldades e lapsos devido à falta de prática, conforme ele mesmo comenta.



O verbo *me dexó* (*sem recreio*) predica autoridade, da qual estava investida a professora para julgar e punir seus alunos, no espaço da sala de aula. Ela (a professora) desempenhava a função de fazer cumprir as determinações do Estado brasileiro, na instituição escola, sendo uma dessas determinações a de não falar “idiomas estrangeiros” (designação que consta nos decretos-leis).

Um aluno somente fica sem recreio quando comete algum tipo de transgressão, então, falar *in talian*, era na época, a partir do ponto de vista do enunciador, uma ação transgressora. Novamente, a escola aparece como espaço de circulação exclusiva da língua nacional, estabelecendo que o funcionamento linguístico é regulado pelo espaço de enunciação, onde os sujeitos se significam “divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

S.E. 1.3. Tem que *fala certo non fala errado*. Voceis ton *falando errado*, ela disse.

*Fala errado*, na sequência, remete a falar *in talian* ou falar italiano. *Errado* determina a prática linguística do sujeito, neste caso um descendente de italiano. *Errar* ao dizer algo não significa, neste enunciado, baixo domínio da gramática da língua portuguesa ou da forma culta da língua. *Fala errado* é *falar italiano*, e esta prática se relaciona, para o sujeito, à negação da sua língua materna. A obrigatoriedade de “ter de” falar na língua da escola é a expressão de também ter de negar sua língua familiar. Dever que compete ao sujeito de não apenas *fala certo*, mas também de não *fala errado*.

Se *fala italiano* é *errado*, e na sala de aula se deve *fala certo*, o funcionamento da predicação neste enunciado produz sentidos também relacionados à obrigatoriedade de falar a língua nacional. As dicotomias as quais propomos a partir dos decretos leis, analisados no capítulo dois deste trabalho, (re)aparecem no dizer do locutor quando ele predica, ou seja, faz significar *sobre o que* é falar italiano e *sobre o que* é falar português, nestas condições sócio-históricas. A dicotomia certo x errado remete à estigmatização linguística. O sujeito, neste enunciado, está significando, pelo *fala errado*, o estigma do colono, que não sabe falar português, porque fala outra língua.

A escola, funcionando como um espaço de legitimação do poder do Estado podia e devia ditar o certo e o errado para a comunidade estudantil das zonas de imigração, a quem não era concedido o direito à negação da ordem dada – *tem que fala certo*.

S.E.2. Tudo português. Por causa que *é aqui no Brasil*, enton, *tem que pega a língua brasileira*, né. *Son do Brasil*<sup>4</sup>

<sup>4</sup> A sequência enunciativa foi recortada do texto da entrevista do mesmo sujeito das sequências anteriores. A pergunta dirigida a ele foi: E quando os teus pais iam na aula, tu saberias me dizer qual língua falavam?



Nesta sequência o locutor está predicando sobre a língua nacional e não sobre a italiana. Os segmentos *É aqui no Brasil e son do Brasil* estão predicando *tudo português* – falar português – afirmação que introduz o enunciado. A relação que o locutor estabelece entre a língua determinada e aquilo que fala *sobre* ela é de pertencimento. O marcador espacial *aqui* refere o território onde a *língua brasileira* – designação do locutor – funciona, devido à regulação do espaço de enunciação. Estes dizeres significam a relação da língua com o território do Estado brasileiro.

Neste território e no espaço da escola, que é um aparelho de Estado, se fala *tudo português*. Viver no Brasil é pertencer à nação brasileira, cuja língua nacional é o português. O sujeito está, pois, significando sua relação de pertencimento a esta nação, relação esta que se dá pela língua: para ser brasileiro e para pertencer à nação brasileira é preciso falar a língua nacional. A língua é, neste enunciado, condição de nacionalidade.

O enunciador distribui, assim, a língua de acordo com seu espaço de funcionamento, que vai dos limites da escola para os limites de todo o território brasileiro. A determinação do locutor de que no Brasil se deve falar *brasileiro* remete ao funcionamento da memória discursiva constituída por discursos nacionalistas que viam a homogeneidade linguística como o principal fundamento da unidade nacional. No território brasileiro, se deveria, portanto, falar português.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no dispositivo teórico da **Semântica do Acontecimento** (2002), de Eduardo Guimarães, vimos que o sujeito tem seu dizer regulado pelo espaço de enunciação, o qual determina os lugares e os modos de dizer. Essa distribuição das línguas acontece porque as consideramos objetos históricos que se constituem de uma memória de dizeres, que instauram sentidos quando são postas para funcionar.

As sequências enunciativas analisadas referem dizeres que falam *na* e *sobre* as línguas (o português e o italiano). Quando o sujeito predica *sobre* a língua italiana ele estabelece como lugar de funcionamento o ambiente familiar e comunitário, pois ela é a língua familiar. Quando o sujeito fala *sobre* a língua portuguesa, ele remete seu funcionamento ao espaço da escola, das instituições de ensino em geral e ao espaço que compreende todo o território do Estado brasileiro, porque ela é a língua nacional e oficial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2002
- \_\_\_\_\_. Semântica e Pragmática. In: *A Palavra e a Frase*. São Paulo: Pontes, 2006
- OLIVEIRA, Gilvan Müller. Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística. *Synergies Brésil*, n° 7, p. 19-26, 2009
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6 ed. Campinas: Pontes, 2005



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
V SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO  
O acontecimento do discurso: filiações e rupturas  
Porto Alegre, de 20 a 23 de setembro de 2011

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: Imigração e nacionalidade*. SP: Escuta, 2006

ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre identidade nacional: o processo de constituição de um imaginário de cidadania durante o governo Vargas. In: *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 251-263